

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 10969/2018

Torna-se público que a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) pretende recrutar 4 (quatro) técnicos superiores, em regime de mobilidade na categoria ou em regime de mobilidade intercarreira ou categorias, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, de acordo com os requisitos a seguir discriminados.

A) Oferta:

1 — Recrutamento, em regime de mobilidade na categoria ou em regime de mobilidade intercarreiras ou categorias, de 4 (quatro) técnicos superiores, para desempenho de funções na Divisão de Equipamentos da Direção de Serviços de Administração Judiciária, de acordo com as competências atribuídas no ponto 1.3 do Despacho n.º 2924/2017, de 07/04, e enquadradas no artigo 2.º da Portaria n.º 67/2017, de 15/02.

2 — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

b) Ser titular do grau de licenciatura, preferencialmente em Direito.

3 — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

a) Realização dos procedimentos de contratação não assegurados pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ), no que respeita a aquisição de bens e serviços que se inserem nas atribuições da DGAJ (Serviços Centrais e Tribunais);

b) Articulação com a UCMJ nos procedimentos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente na tipificação e uniformização dos equipamentos a fornecer ou serviços a prestar (de acordo com o levantamento das necessidades manifestadas pelos Tribunais), preparação das peças procedimentais, integração em júris de concursos e execução das formalidades legais subsequentes ao despacho de adjudicação;

c) Monitorização da execução dos contratos celebrados, nomeadamente na verificação do cumprimento dos prazos e receção qualitativa;

d) Apoio aos tribunais nos procedimentos de aquisição de bens e serviços, quer no âmbito das competências neles delegadas, quer fora da esfera das mesmas;

e) Análise jurídica de questões colocadas pelos Administradores Judiciários e Secretários de Justiça, no âmbito dos contratos celebrados;

f) Análise das situações de carência de recursos materiais dos tribunais e da DGAJ, incluindo avaliação do custo/benefício;

g) Realização de pareceres no âmbito da legislação vigente no que concerne à contratação pública, bem como emissão de contributos em sede de contencioso pré-contratual.

4 — Requisito preferencial: Experiência profissional nas funções descritas no ponto anterior, designadamente na área da contratação pública, e domínio de ferramentas informáticas de suporte a esta área.

B) Local de Trabalho: Direção-Geral da Administração da Justiça, Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Edifício H, Pisos 9 a 14, 1990-097 Lisboa.

C) Método de seleção: a seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do *curriculum vitae* apresentado, complementada com entrevista profissional. A análise curricular tem caráter eliminatório e apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da entrevista profissional de seleção.

D) Formalização das candidaturas: no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, os interessados deverão enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detêm, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *curriculum vitae* detalhado atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade DGAJ/DE”, para o endereço eletrónico rec.humanos@dgaj.mj.pt.

E) Publicitação: a presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte à presente publicação.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 217906259 (Divisão de Recrutamento e Gestão de Recursos Humanos).

26 de julho de 2018. — O Diretor-Geral, *Luís Borges Freitas*.

311541563

Declaração de Retificação n.º 555/2018

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 10-07-2018, o Aviso n.º 9312/2018, relativo à lista de candidatos aprovados e excluídos na prova de acesso à categoria de secretário de Justiça, retifica-se que onde se lê:

«Candidatos Excluídos

a) Por terem obtido classificação final inferior a 9,50 valores

[...]

Orlando Manuel Costa Belchior Dias

[...]

Sónia Cristina Batista Lopes

Vasco Fernando Pereira Martins Miranda».

deve ler-se:

«Candidatos Excluídos

a) Por terem obtido classificação final inferior a 9,50 valores

[...]

Célia Maria Maurício Ferreira Garcia

Cristina Maria Ribeiro de Oliveira

[...]

Maria do Carmo de Jesus Cantarinho

[...].».

25 de julho de 2018. — O Diretor de Serviços, *Laurenço Torres*.

311541174

Despacho (extrato) n.º 7680/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 21 de julho de 2018:

Ricardo Manuel Garcês Santos Almeida, Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo do Porto, recolocado transitoriamente no Núcleo de Vila Nova de Gaia, ambos da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto — autorizada a permuta para idêntico lugar de Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo de Santa Maria da Feira, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro.

Carla Sandra Bandarra Ferreira dos Santos, Escrivã Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo de Santa Maria da Feira, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro — autorizada a permuta, para idêntico lugar de Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo do Porto, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.

Prazo para início de funções: 2 dias

25 de julho de 2018. — O Diretor de Serviços, *Laurenço Torres*.

311539336

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso n.º 10970/2018

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 214.º, e do n.º 1 do artigo 222.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, notifica-se o trabalhador António Jaime Varela Alves de Oliveira, assistente operacional, com a última morada conhecida em Estrada Leceia, n.º 64 — Leceia, Barcarena, 2730-112 Barcarena, de que por despacho do Senhor Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, datado de 25 de maio de 2018, lhe foi aplicada a pena de despedimento no âmbito do processo n.º 559-D/2017, em que o mesmo é arguido.

24 de julho 2018. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

311535618

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 10971/2018

Nos termos do disposto no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de janeiro, em conjugação com o disposto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do Despacho n.º 558/2018, de 14 de junho de 2018, de Sua Excelência a Secretária de Estado da Administração Pública, após parecer prévio favorável do Ministério da Justiça, emitido no contexto da Deliberação do Conselho Diretivo deste Instituto de 7 novembro de 2017, proferida ao abrigo da competência atribuída pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 15 postos de trabalho para a categoria de assistente de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, na modalidade